ANO I - EDIÇÃO Nº 02 - NOVEMBRO DE 2010

!NTERFACE POLICIAL

ciência e direito na PCDF

REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA POLICIAL

Retomada a luta pela reestruturação salarial e Lei Orgânica

Bem-vindo ao Nível Superior.

Vista do Parque aquático - perspectiva.

MI R7-10850 no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do DF. Previsão de entrega em Dezembro de 2013.

Vista
PARK SUL SUITES

- Localizado no mais desenvolvido e valorizado bairro de Brasília: Park Sul, entre a Asa Sul e o Sudoeste. Exclusividade e sofisticação.
- Condomínio com custo reduzido em função dos serviços pay-per-use (pague se usar) oferecidos aos moradores pela administradora de hotéis H. Plus.
- Infraestrutura urbana externa já consolidada com os melhores shoppings, supermercados e com a proximidade de escolas, faculdades e hospitais.
- Primoroso e sofisticado projeto arquitetônico. Fachadas revestidas em pele de vidro verde refletivo, granito e textura.
- Inúmeros diferenciais de sustentabilidade ambiental desde aquecimento híbrido solar/gás, com medição individual, até coleta seletiva na área de lazer.
- O Vista Park Sul Suites faz parte de uma nova geração de empreendimentos com segurança absoluta para o seu bem-estar.
- Unidades habitacionais com 1 quarto (Suites Soft) ou com 2 quartos (Suites Loft). Áreas entre 23,78 a 55,52m² e ainda coberturas duplex individuais.

Vista do Mirante Gourmet - perspectiva.

Vista da Cortina d'água no complexo aquático - perspectiva.

Vista da Academia - perspectiva.

Vista do Restaurante - perspectiva.

Visite nossa Central de Vendas no local da obra (ao lado da Saga e do CasaPark), Lote 13 e conheça a maquete do empreendimento. Fone 3465-1070.

PARTICIPAÇÃO

Base www.basesplanejamento.com.br · ECIL ESPLANADA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO · LOG ENGENHARIA

COMERCIALIZAÇÃO

CRECI 6416 Base PLANEJAMENTO IMOBILIÁRIO

EDITORIAL DA ADEPOL

Nós delegados da carreira da Polícia Civil do Distrito Federal, operadores do Direito e destacados atores sociais, precisamos reformular constantemente nossos valores e aproveitar ao máximo nossas capacidades intelectuais para construção de um modelo de Polícia Judiciária que atenda às demandas de uma sociedade multicultural e profundamente complexa. Prerrogativas funcionais, direitos e garantias individuais e pacificação social, são valores que devem fazer parte das nossas discussões.

Nessa esteira, destacamos o trabalhos que, democrática, técnica e cientificamente têm sido realizados no âmbito da ADEPOL/DF, acerca de projetos importantes ao futuro e bem estar dos profissionais que gerenciam a segurança pública dessa Unidade Federativa.

Convido os leitores a uma atenta reflexão sobre o posicionamento do Delegado de Polícia dentre as Carreiras Jurídicas de Estado, por meio da leitura do artigo formulado pelo Delegado Giancarlos Zuliani Jr, relativo à essencial capacidade postulatória do Delegado de Polícia para medidas cautelares em Processo Penal (a qual vem sendo questionada pelo Ministério Público).

Outrossim, clamamos pela participação dos Delegados Associados nas mesas de debate sobre o projeto de meritocracia, um sistema que vem sendo detalhadamente formulado e teoricamente posto à prova, com objetivo de afastar a angústia e frustração dos colegas que trabalham em locais não desejados, sem expectativa de um dia melhorar sua qualidade de vida (afinal, não há desestímulo maior do que o esforço profissional não reconhecido).

Para publicação de qualquer artigo científico, opinião ou técnica do dia-a-dia da atividade policial, basta que o Delegado Associado entre em contato por meio do e-mail: revistainterfacepolicial@gmail.com.

Saudações Cordiais e boa leitura!

Helder Arns Pedron - Conselho de Ética

Editorial da ABPC

Aproxima-se o final do ano. Ano de eleições e de caras novas em nossa política. E novas vitórias da polícia civil no Distrito Federal: desta vez, quatro representantes em nossa Câmara Legislativa, dois dos quais tendo passado pelo Instituto de Criminalística. Nas mãos desses quatro Deputados Distritais repousam as esperanças de todos os policiais civis, e da sociedade por uma segurança pública ainda mais eficiente. Que, a exemplo da revista Interface Policial, resultado da união das categorias da PCDF, a política distrital seja capaz de concretizar o trabalho conjunto de todos os policiais civis, garantido nossos direitos e brindando a sociedade com a melhor segurança pública do país.

Gustavo de Carvalho Dalton – presidente da ABPC

Editorial da ABrML

O lançamento da revista Interface Policial foi a concretização de um desejo de sinergia entre as três Associações representativas. Foi com alegria que constatamos a eficiência deste meio de comunicação entre as Associações com os associados e com a sociedade.

ABrML
Associação Brasiliense de Medicina Legal

Podemos refletir sobre o ano até agora e constatamos que o trabalho vem sendo árduo e, por vezes, o terreno vem se mostrando árido, mas nada que desanime. As mudanças no âmbito do GDF fizeram com que o diálogo entre associações e governo, em alguns momentos, não pudesse render mais frutos. A perspectiva de eleições fez com que não se aprovasse a reestruturação de carreira e que a Lei Orgânica não caminhasse mais.

Importante, entretanto, verificarmos que tudo o que era possível foi realizado: a Lei Orgânica já possui propostas concretas de cada uma das Associações e o projeto de reestruturação já está na esfera federal.

No âmbito da medicina legal as questões que necessitavam atuação da direção da ABrML foram tratadas com eficiência e celeridade em todos os foros e, agora, aguardamos os resultados.

Conscientes e tranquilos pelo dever cumprido, podemos olhar com serenidade para o futuro. O trabalho exemplar de cada um dos colegas e a representatividade da ABrML nos permitem duvidar de que haja retrocesso nos avanços alcançados e que a gestão da Medicina Legal seja negligenciada no futuro próximo.

José Gerardo Ponte Pierre Filho – presidente da ABrML

!NTERFACE POLICIAL
ciência e direito na PCDF

14
ENTREVISTA
Dr. Luiz Novaes, Médico-Legista, Diretor do Departamento de Polícia Técnica, analisa a importância do Departamento na Polícia Civil

20
ARTIGO
Valorização Profissional do policial como Instrumento de Proteção dos Direitos Humanos

8
Lei Orgânica
Médicos-Legistas, delegados e peritos criminais da PCDF participam da Comissão Especial da Lei Orgânica nos dia 4 e 11 de maio

11
Dia do Policial Civil
Comemoração no auditório do Departamento de Polícia Especializada (DPE) reúne policiais de todas as categorias da PCDF

ÍNDICE

POLÍTICA
06 | Lançamento da Revista Interface Policial
06 | Governo do Piauí homenageia delegado da PCDF
07 | Reestruturação da carreira

CULTURA
05 | Deputado Federal Laerte Bessa lança livro

LEGISLATIVO
09 | Projeto de meritocracia na PCDF
09 | Boa notícia sobre a aposentadoria especial

EXECUTIVO
10 | Boas vindas aos cursandos do curso de formação de Delegados
10 | Mobilização nacional dos Delegados de Polícia

INFRAESTRUTURA
12 | Central de Vestígios

ELEIÇÕES 2010
13 | Conselho Superior de Polícia - lista tríplice
17 | Almoço musical anima peritos aposentados

ARTIGO
18 | Logística e trabalho propiciam a rentabilidade no Instituto de Criminalística

ESPORTE
24 | O esporte como mecanismo de aproximação e integração

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE PERITOS EM CRIMINALÍSTICA (ABPC)
SAISO – Complexo da Polícia Civil – Bloco C, Brasília-DF CEP: 70610200
(61) 3361-0771/3361-9149/3362-7943 - www.abpc-df.org.br
DIRETORIA: presidente| Gustavo de Carvalho Dalton; **vice-presidente**| Iremar Paulino da Silva; **secretário** |Dércio Denis de Azevedo Martins; **vice-secretário** | Bruno Telles; **tesoureiro** | Elmo Resende; **vice-tesoureiro** | Wagner dos Santos; **diretor de Patrimônio e Assistência** | Fábio Vasconcelos Braga; **vice-diretor de Patrimônio e Assistência** | Charles Albert Andrade; **diretor social** | Celso Mizuno; **vice-diretora social** | Raimunda de Barros R.. Rocha. CONSELHO FISCAL| **membro efetivo** | Júlio César Luís da Silva; **membro efetivo** | Frederico de Moura Carneiro; **membro efetivo** | José Sousa Sobrinho; **suplente** | Raul Pithon Barreto Neto; **suplente** | Elizabeth de O. Pires Endo; **suplente** | Silvio Boçon

ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE MEDICINA LEGAL (ABrML)
SAISO | Complexo da Polícia Civil | Bloco B, Brasília-DF | CEP: 70670000
(61) 3234 0729
DIRETORIA: presidente| José Gerardo Ponte Pierre Filho; **vice-presidente**| Samuel Teixeira Gomes Ferreira; **secretário Geral**| Elvis Adriano da Silva Oliveira; **primeiro tesoureiro**| Ricardo César Frade Nogueira; **segundo tesoureiro**| Cyntia Gioconda Honorato Sobreira; **comissão científica**| Manoel Eugênio Modelli, Márcia Shelb; **comissão social**| Áurea S. Cherulli, Adriana Vieira de Moraes.

ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL (ADEPOL|DF)
SAIS Lote 02, Bloco D, Departamento de Polícia Especializada (DPE) | Brasília-DF | CEP: 70610210
(61) 3233 0068/3234 7655 | www.adepoldf.org.br
DIRETORIA: presidente | José Werick de Carvalho; **vice-presidente** | Paulo Roberto D'almeida; **secretário geral** | Laudemiro Correia de Freitas; **tesoureiro** | José Roberto Soares Batista; **diretor Departamento Administrativo** | Gustavo Augusto da Silva Araujo; **diretoria de Assistência Jurídica** | Yuri Santana de Brito Rocha, **diretor do Departamento Esportivo e Recreativo** | Wellerson Gontijo; **diretor do Departamento Cultural e Promoção Social** | Paulo César B. Barongeno; **diretor do Departamento Institucional** | John Kennedy Pinto; **Aposentados** | José Fernandes da Silva Filho; **Eventos**| Sandra Maria da Silveira; **Comunicação Social** | Sergio Ronaldo Sace B Dos Santos Filho; **Ouvidoria** | Jorge Luiz Xavier; **Convênios** | Ana Paula Gontijo; **Patrimônio** | Mauro Aguiar Machado; **Apoio e Supervisão** | Julio César de Oliveira Silva; **Clube da ADEPOL / Bar e Restaurante** | Amarildo Fernandes; **Conselho Fiscal**| Joselita Viana e Silva; Rosalvo Gomes de Oliveira; Tania Maria de Oliveira Dias Soares; João de Ataliba Nogueira Neto. **Conselho de Ética**| Mario Andre Carvalho Machado; Osni Romulo Barcelos; Helder Arns Pedron; Yuri Pereira Fernandes; Welligton Jose Ribeiro.

PRODUÇÃO EDITORIAL e FOTOGRAFIA: **Jornalista** Marcela Ribeiro | **Diagramação e Projeto Gráfico** Elton Mark | **Contato** revistainterfacepolicial@gmail.com

Marcela Ribeiro

Marcela Ribeiro

Lançamento da Revista Interface Policial

O lançamento da Revista Interface Policial no auditório do Departamento de Polícia Especializada (DPE) foi muito prestigiado. Compareceram ao evento o Secretário de Segurança Pública, João Monteiro, o diretor da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), Pedro Cardoso, o diretor adjunto da PCDF, Adval Cardoso, o então diretor do Departamento de Polícia Técnica (DPT), José Ribamar Machado, o presidente da ABrML Jose Gerardo Ponte Pierre Filho, o vice-presidente da ABrML, Samuel Ferreira, o presidente da ABPC, Gustavo Dalton, o presidente da Adepol, José Werick de Carvalho, o diretor do IML, Malthus Galvão, o diretor adjunto do IML, Volnei Mendes, a diretora do IPDNA, Cláudia Mendes, o diretor do Sinpol, André Rizzo, além de peritos médicos-legistas, peritos criminais, delegados, agentes de polícia, diversos servidores da PCDF e convidados.

Governo do Piauí homenageia delegado da PCDF

» **Marcela Ribeiro**

O delegado da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) Marcelo Portela recebeu das mãos do governador do Estado do Piauí, Wellington Dias (PT), no dia 24 de janeiro, na cidade de Oeiras (PI), a Ordem Estadual do Mérito Renascença.

A premiação é destinada a personalidades e entidades nacionais e estrangeiras, que tenham prestado serviços relevantes ao Estado, e sejam dignos de admiração e merecimento do povo e governo do Piauí.

"Acho que apenas quem recebe uma homenagem como essa pode mensurar o orgulho que senti, por ser lembrado após tantos anos afastado da PCPI. Por mais público e oficial que seja a escolha dos contemplados, o real valor da comenda é um sentimento muito pessoal. Foi uma honra para mim." Afirmou o delegado.

Portela atuou como delegado de polícia no Piauí, de 1994 a 1999, exercendo o cargo de delegado chefe do 1ª Distrito Policial, em Teresina (PI), e neste mesmo ano tomou posse na PCDF, onde atualmente ocupa a função de delegado chefe adjunto da 2º Delegacia de Polícia (DP), na Asa Norte (DF).

Serviços prestados ao Estado do Piauí levaram o delegado ao reconhecimento

Reestruturação da carreira

A luta pela reestruturação da Carreira Policial, nada obstante, não encerrada, já apresentou pontos significativos, podemos destacar o envolvimento em massa dos policiais nesta luta; a sensibilização das autoridades para a necessidade de se redefinir a estrutura da Carreira Policial, que não está recebendo, do Governo, o mesmo tratamento dispensado às outras carreiras; a aproximação das entidades de classe da PCDF, ADPF e APCF em torno de um objetivo comum. A união e o constante diálogo entre as entidades representativas da Polícia Judiciária traduzem uma conquista que deve ser incentivada e fortalecida, devendo ser rechaçada toda e qualquer proposta no sentido de produzir no meio da categoria divisões ou exclusões, pois todos são, nas peculiaridades de suas atribuições, igualmente responsáveis pela defesa e pela busca de garantias e mecanismos de aperfeiçoamento sistema do segurança pública.

Os representantes da ABPC, ABRML, ADEPOL-DF e das demais entidades de classe da PCDF reuniram-se com o Governador eleito, Agnelo Queiroz, à época de sua campanha, oportunidade em que o então candidato assinou a seguinte carta compromisso:

CARTA COMPROMISSO

Após as eleições os representantes das entidades de classe reiniciaram as negociações relativas à reestruturação salarial, reunindo-se com representantes da área federal. A construção de uma Polícia Judiciária como anseia a sociedade brasileira "essencialmente técnica, apolítica e apartidária" requer um processo contínuo de modernização institucional e de valorização de seus servidores, motivo pelo qual firmo compromisso junto aos policiais civis do Distrito Federal no sentido de que, caso eleito, no meu governo adotarei as seguintes medidas:

- Ratificação integral da mensagem nº 53/2010, oriunda do GDF ao Governo Federal, que solicita a implementação da reestruturação da carreira policial civil do DF.
- Apoio irrestrito, em caráter de urgência, ao pré-projeto do aumento do efetivo de todos os cargos da carreira de policia civil do Distrito Federal, cujo processo tramita no MPOG sob o nº de protocolo 00001005925/2009-83.
- Igual empenho na aprovação do pré-projeto de transformação do cargo de agente penitenciário em agente de polícia, que tramita sob protocolo do MPOG 03000.001764/2010-91, junto ao Governo Federal.
- Implementação de plano de saúde subsidiado, nos moldes dos servidores públicos federais, em especial do Departamento de Polícia Federal, na forma do disposto na lei 8.112/90.
- Pagamento dos passivos financeiros (ATS, conversão de licença em pecúnia para servidores que aposentaram antes de 2000, entre outros).
- Reajuste das gratificações pelo exercício de cargo ou função em comissão, de direção, chefia, coordenação, planejamento ou assessoramento dos servidores policiais civis.
- Gestão para a manutenção da paridade e integralidade das aposentadorias dos servidores das carreiras de policiais civis e de delegados de polícia civil do Distrito Federal, nos moldes da Lei Complementar 51/85 e Lei 4.878/65.
- Não criar delegacias, departamentos, coordenações, divisões ou qualquer tipo de unidade policial sem que haja novo efetivo para integrá-las;
- Fortalecimento dos Institutos de Medicina Legal, Identificação, criminalística e DNA com a aquisição de equipamentos, visando valorizar a prova técnica e aprimorar a Policia Cientifica.

Brasília DF, agosto de 2010.

CULTURA

Deputado Federal Laerte Bessa lança livro

Marcela Ribeiro

Após 23 anos na Polícia Civil, parlamentar escreve romance policial baseado em histórias verídicas

» **Marcela Ribeiro**

Centenas de convidados e policiais civis lotaram o restaurante Carpe Diem, na 104 sul, na noite do dia 5 de abril, para prestigiar o lançamento do livro Dossiê Bessa, de autoria do deputado federal Laerte Bessa (PSC-DF).

O livro é um romance policial, com personagens reais, baseado em histórias verídicas que chocaram a opinião pública, todas ocorridas no Distrito Federal, e que foram desvendadas pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) sob o comando do delegado Laerte Bessa.

Tudo começou em dezembro de 2008, após 23 anos de atuação na PCDF, o deputado listou alguns casos que futuramente dariam vida ao Dossiê Bessa, mas para isso, precisou contar com o apoio de delegados e agentes da corporação civil, no resgate dos acontecimentos da época, e também do jornalista Marcos Linhares, que redigiu e narrou o livro, desdobrando a intimidade desses crimes famosos.

Dentre as histórias citadas, está o caso Pedrinho, roubado da maternidade por Vilma Martins, sequestradora de duas outras crianças, e o caso de José Carlos Alves dos Santos, que planejou o assassinato de sua esposa Ana Elizabeth, e acabou revelando deputados corruptos, que ficaram conhecidos como os "anões do orçamento".

Para o leitor que busca mergulhar no submundo do crime, esbarrando com cidadãos acima de qualquer suspeita, colarinhos brancos, mistura de poder, dinheiro, sexo e crime, basta adentrar as páginas do Dossiê Bessa. Não deixe de conferir!

Marcela Ribeiro

Marcela Ribeiro

Lei Orgânica

Médicos-Legistas, delegados e peritos criminais da PCDF participam da Comissão Especial da Lei Orgânica nos dia 4 e 11 de maio

» Marcela Ribeiro

O presidente da ABrML, José Gerardo Ponte Pierre Filho e o presidente da ABPC, Gustavo de Carvalho Dalton compuseram a mesa da comissão especial da Lei Orgânica, no dia 04 de maio, no plenário 12, da Câmara dos Deputados. Já o presidente da Adepol-DF, José Werick de Carvalho esteve presente no dia 11 de maio, no mesmo local, para tratar do mesmo assunto.

A comissão especial da Lei Orgânica destinada a proferir parecer no Projeto de Lei (PL) nº 6493, de 2009, do Poder Executivo, dispõe sobre a organização e funcionamento das Polícias Federal e Civil do Distrito Federal.

José Gerardo em sua exposição enfatizou a importância do modelo de perícia da PCDF, no qual a perícia médico-legal e a perícia criminal tem suas especificidades respeitadas e existência independente uma da outra. Gerardo explicou aos parlamentares as características das perícias da PCDF e solicitou aos mesmos que mantenham a organização da PCDF nos moldes como está hoje, sendo criado na Lei Orgânica uma capítulo específico para a Polícia Civil do Distrito Federal.

"É muito importante que a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) permaneça no corpo do projeto, como também possua um capítulo próprio, para normatizar suas peculiaridades em aspectos pontuais e que são distintos do Departamento de Polícia Federal (DPF)", destacou José Werick.

Em sua fala no plenário, José Werick enfatizou os avanços do projeto, destacando a estruturação da carreira, além do detalhamento das regras de investidura; a valorização e cientificação do saber policial; a independência do delegado no exercício da função de polícia judiciária; a preservação dos valores: disciplina e hierarquia; a adoção da lista tríplice; o mandato para o diretor; a introdução da justa causa para não lavratura do flagrante e a manutenção da perícia dentro das instituições policiais, dentre outros temas.

"Este projeto de lei orgânica é uma oportunidade impar para fortalecer o sistema de segurança pública, atribuindo reais garantias de investigação aos responsáveis por esta fase da persecução penal, sempre em busca da eficiência e excelência na prestação dos serviços de polícia judiciária", concluiu Werick.

Em sua fala, o presidente da Associação dos Peritos Criminais, Gustavo Dalton, ressaltou a necessidade da autonomia da perícia. Ele lembrou ao relator Laerte Bessa o desafio de mostrar às demais polícias civis a possibilidade de uma autonomia da perícia dentro da instituição policial civil.

Estiveram presentes o deputado federal Celso Russomano (PP-SP); o deputado federal Marcelo Itagiba (PSDB-RJ); o presidente da Comissão Especial da Lei Orgânica, deputado federal Nelson Pellegrino (PT-BA); o relator da Comissão Especial da Lei Orgânica, deputado federal Laerte Bessa (PSC-DF); e representantes de entidades policiais civis e federais do DF.

> "É MUITO IMPORTANTE QUE A POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF) PERMANEÇA NO CORPO DO PROJETO, COMO TAMBÉM POSSUIR UM CAPÍTULO PRÓPRIO"
>
> **José Werick,** presidente da Adepol-DF

Projeto de meritocracia na PCDF

A formulação de um sistema fundado em critérios objetivos, prévia e expressamente definidos, utilizado como instrumento para a definição de lotação e transferência dos Delegados, foi objeto de uma das principais propostas, da atual Diretoria, nas últimas eleições da ADEPOL. Nesta esteira, e procurando substancializar também esta meta, os integrantes da Diretoria da adepol-df estão promovendo ciclos de debates, no sentido de documentar um projeto implementando esse pleito, o que acarretará respeito, dignidade e segurança ao Delegado no exercício de suas funções.

Na sexta-feira, dia 22 de setembro de 2010, foi aberta a sexta mesa de debates sobre principais pontos e forma de introdução da meritocracia na PCDF, presidida pelo membro diretor, Delegado Helder Arns Pedron.

Os debates, cujos anais são registrados em ata, têm contado com a participação de vários associados, demonstrando maturidade e comprometimento com a sua missão de dirigente, criador e transformador da práticas policiais. A meritocracia já é aplicada na AGU, Polícia Federal e Procuradoria do Distrito Federal.

O projeto está em fase final de redação, e nos próximos dias será divulgado aos Delegados, para avaliação, deliberação e aprovação final

Na sexta-feira, dia 22 de setembro de 2010, foi aberta a sexta mesa de debates sobre principais pontos e forma de introdução da meritocracia na PCDF, presidida pelo membro diretor, Delegado Helder Arns Pedron

Boa notícia sobre a aposentadoria especial

» Marcela Ribeiro

Por meio do requerimento nº 179/10, o deputado Federal Laerte Bessa (PSC-DF) solicitou à Mesa Diretora da Câmara Legislativa que revisasse o despacho de distribuição do PLP 330/06 e seu apensado PLP 545/10, e após trabalho conjunto com a Adepol-br, Adepol-df e entidades de classe da PCDF, foi acolhido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Desta forma, o projeto será submetido à análise de mérito da Comissão de Segurança Pública, Seguridade e Família e Comissão de Cidadania e Justiça, o que já representa um grande avanço na luta para manutenção da aposentadoria especial nos termos hoje aplicados.

O PLP 545/10 modifica critérios para aposentadoria, integralidade e paridade de vencimentos dos policiais Civis, Federais, Rodoviários Federais e Legislativos.

"A aposentadoria especial é um direito legítimo dos policiais pela natureza e especificidade da atividade que exercem." A manutenção desta conquista é o resultado do trabalho incansável da Adepol-DF, Adepol-br e demais entidades de classe da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), complementou o presidente da Adepol-DF, José Werick.

> "A APOSENTADORIA ESPECIAL É UM DIREITO LEGÍTIMO DOS POLICIAIS PELA NATUREZA DA ATIVIDADE QUE EXERCEM. A MANUTENÇÃO DESTA CONQUISTA É O RESULTADO DO TRABALHO INCANSÁVEL DA ADEPOL-DF, DEMAIS ENTIDADES DE CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF) E DO DEPUTADO FEDERAL LAERTE BESSA"
>
> **José Werick,** presidente da Adepol-DF

Mobilização nacional dos Delegados de Polícia

Representantes das entidades de classe dos Delegados dos Delegados de polícia dos Estados, ADEPOL-DF, ADPF E ADEPOL-BR se reuniram na data de (01/09), em Brasília-DF, para lutarem pelo fortalecimento da Polícia Judiciária. As principais reivindicações foram consignadas em Carta-Compromisso entregue ao Ministério da Justiça, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e aos principais candidatos à Presidente da República. Dentre as reivindicações consignadas no documento, destaca-se: a reinserção constitucional da categoria como carreira jurídica, a reestruturação administrativa dos órgãos de polícia judiciária, a remuneração compatível com a importância e peculiaridade da função, normatização das prerrogativas e garantias no exercício da atividade e a manutenção do caráter especial da aposentadoria. A finalidade do movimento foi traduzir a preocupação dos Delegados com a segurança pública no país e colher dos candidatos no pleito eleitoral de 2010 o apoio incondicional á valorização e ao fortalecimento da Polícia Judiciária brasileira.

Iniciativa da ADEPOL abre as portas para vantagens aos servidores da PCDF

Os servidores da PCDF não faziam jus, nas aquisições de imóveis em licitações realizadas pela TERRACAP, à taxa de juros de 6% bem como consignação em folha, como alguns servidores do GDF, inicialmente por ausência de convênio entre Terracap e a PCDF. Por meio de intermediação da ADEPOL e a DIRAF – Diretoria de R.H. Administração e Finanças - foi firmado convênio entre PCDF e Terracap no dia 14/05/2008, visando a implantação destes benefícios, não sendo efetivada, desta feita, por falta de rubrica específica no Ministério do Planejamento. Após muitas tratativas, em 22/06/10, finalmente foi celebrado convênio direto entre Ministério do Planejamento e Terracap. Desta forma, agora todos os servidores da PCDF poderão adquirir lotes nas licitações da Terracap com taxa de juros de 6% e consignação em folha de pagamento.

Iniciativa da ADEPOL que abriu as portas para mais este benefício que, sobretudo, faz justiça aos servidores da PCDF. Para saber mais sobre os imóveis ou mesmo verificar as datas de novas licitações, a Terracap disponibiliza aos servidores os seguintes canais de comunicação: www.terracap.df.gov.br e os telefones (61) 3342-2403 / 3342-2343.

Boas vindas aos cursandos do curso de formação de Delegados

A ADEPOL-DF parabeniza todos os cursandos do Curso de Formação de Delegados da PCDF, deseja-lhes boas vindas e muito sucesso nessa nova caminhada, enfatizando que a PCDF e a sociedade brasiliense propugnam por seus conhecimentos, capacidade e força de trabalho.

Na data de 01/12/10, o Diretor da PCDF, Dr. Pedro Cardoso, o Corregedor Geral do GDF. Dr. Haendel Fonseca, o Presidente da ADEPOL/DF, Dr. José Werick de Carvalho e o Presidente eleito do SINDEPO, Dr. Benito Tiezzi, em reunião com o Governador, Rogério Rosso, acertaram a posse, dentro do número de vagas disponíveis e observando todos os critéros legais, dos Delegados aprovados no Concurso 01/2009.

Homenagem ao Dia do Policial Civil

Comemoração no auditório do Departamento de Polícia Especializada (DPE) reúne policiais de todas as categorias da PCDF

» Marcela Ribeiro

A sessão solene requerida pelo deputado Milton Barbosa (PSDB-DF) à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), ocorreu no dia 20 de abril, no auditório do Departamento de Polícia Especializada (DPE), e ficará marcado na memória de todos os policiais homenageados com moções de louvor, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do DF.

O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, João Monteiro, agradeceu a presença de todos, e disse se sentir honrado em participar da solenidade.

> “TODOS TÊM A SUA PARTICIPAÇÃO EM NOSSA GESTÃO, TODO MUNDO AQUI SABE QUAL O PAPEL DA POLÍCIA CIVIL. TENHO A HONRA DE SER DIRETOR DA PCDF, NÃO PODEMOS ESQUECER DE QUE NÓS SOMOS UMA RICA HISTÓRIA, UMA INSTITUIÇÃO QUE CRESCEU”
>
> **Pedro Cardoso,** diretor da PCDF

Marcela Ribeiro

Marcela Ribeiro

Marcela Ribeiro

“Vou completar 20 anos de polícia, somos uma Carreira de Estado, temos que lutar por nossos objetivos”, concluiu Monteiro.

“Todos têm a sua participação em nossa gestão, todo mundo aqui sabe qual o papel da polícia Civil. Tenho a honra de ser diretor da PCDF, não podemos esquecer de que nós somos uma rica história, uma Instituição que cresceu. A minha missão é fortalecer e unir as nossas categorias” informou o diretor da PCDF, Pedro Cardoso.

“Hoje é um dia importante para a nossa Instituição. Eu sou o relator da Comissão Especial da Lei Orgânica da Polícia Federal e PCDF, e tenho o orgulho e a felicidade de cumprir essa missão em prol da nossa família. Há 25 anos eu luto por isso, vamos fazer uma Lei Orgânica que seja boa para a nossa polícia”, declarou o deputado federal Laerte Bessa (PSC-DF).

Compareceram ao evento: o presidente da Adepol-DF, José Werick de Carvalho; o presidente da ABrML, José Gerardo Ponte Pierre Filho; o presidente da ABPC, Gustavo Dalton; o deputado federal Laerte Bessa (PSC-DF); o deputado distrital Milton Barbosa (PSDB-DF); e outros representantes de entidades de classe.

Central de Vestígios

» Samuel Ferreira

Em abril foi inaugurada a obra da reforma da Central de Guarda e Custódia de Vestígios (CGCV) da Polícia Civil do Distrito Federal. A CGCV é uma Unidade diretamente vinculada ao Departamento de Polícia Técnica (DPT) e situa-se no Instituto de Medicina Legal (IML). A reforma incluiu o aumento das instalações físicas e a aquisição de uma câmara fria e novos super freezers, possibilitando um aumento da capacidade de armazenamento e maior segurança na conservação dos vestígios.

Segundo a chefe da CGCV, Margarida Serejo Machado, perita médica-legista, a Central de Vestígios foi criada em 2001 como forma de garantir o cumprimento do art. 170 do CPPB e já conta com 55.000 vestígios armazenados. A CGCV é responsável pela guarda do material probatório, pela adoção de procedimentos de garantia de cadeia de custódia e pelo desenvolvimento e apoio às pesquisas sobre armazenamento e descarte de evidências.

"O crescimento populacional e os avanços tecnológicos, responsáveis pelo aumento da demanda do número de evidências a serem armazenadas fizeram com que a CGCV tivesse as suas instalações ampliadas em 2010. Com as novas instalações, além da capacidade de armazenamento triplicar, passamos a armazenar as evidências de futuro confronto", acrescenta Margarida.

Na CGCV todos os vestígios armazenados possuem um histórico e são submetidos a procedimentos de garantia de cadeia de custódia como registro, lacre, numeração e acondicionamento adequado, segundo padrões de segurança.

A reforma da Central de Vestígios contribui significativamente para a qualidade dos trabalhos periciais e de apuração das infrações penais realizados pela PCDF.

A Central de Vestígios é composta pelo servidores Margarida Serejo Machado, Elcimar Nunes, Glaiton Pereira, Soraia Celi e Zilda Abdala.

Marcela Ribeiro

Marcela Ribeiro

A inauguração contou com a presença do diretor da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), Pedro Cardoso, o diretor adjunto, Adval Cardoso, a chefe da Central de Vestígios (CGCV), Margarida Serejo Machado, o então diretor do DPT, José Ribamar Machado, o diretor do IML, Malthus Galvão, o diretor adjunto, Volnei Mendes, a diretora do IPDNA, Cláudia Mendes, o diretor adjunto, Luciano Arantes, o diretor adjunto do IC, Pedro Cunha, o diretor do II, Carlos César, e o então diretor adjunto do II, Claudionor Santos.

> "O CRESCIMENTO POPULACIONAL E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS, RESPONSÁVEIS PELO AUMENTO DA DEMANDA DO NÚMERO DE EVIDÊNCIAS A SEREM ARMAZENADAS FIZERAM COM QUE A CGCV TIVESSE AS SUAS INSTALAÇÕES AMPLIADAS EM 2010"
>
> **Margarida Serejo Machado,** chefe da Central de Vestígios (CGCV)

Também estiveram presentes o diretor do DPC, André Victor, o diretor do DAG, Aguinaldo Filho, o corregedor geral, Luiz Andriano, a diretora da APC, Eneida Taquary, o diretor da Divicom, Marcos César, e equipe, o diretor do DASG, Petronah Silva, o chefe do Laboratório do IC, Cleverlande Melo, as peritas criminais Karla de Paula e Iêda Costa, a equipe da CGCV, os presidentes da Adepol, José Werick, e do Sinpol, Ciro de Freitas, e diversos servidores da PCDF.

A Associação Brasiliense de Medicina Legal (ABrML) esteve representada pelo seu presidente Jose Gerardo Ponte Pierre Filho e o vice-presidente Samuel Ferreira.

Conselho Superior de Polícia - lista tríplice

» Marcela Ribeiro

No dia 27 de abril de 2010, no auditório do Departamento de Polícia Especializada(DPE), a Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Adepol-DF) e Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Sindepo-DF) realizarama eleição para a escolha do conselheiro e dois suplentes, que irão compor o Conselho Superior de Polícia, nos termos da Lei 2835/01 e Decreto 23291/2002. Inscreveram-se para concorrer ao pleito, os delegados de Polícia Civil do Distrito Federal: Dr. Flávio Messina Alvim, Dr. Marcos Antônio de Sousa Silva, Dra. Suzana Roberto Orlandi Machado e Dr. Victor Dan de Alencar Alves. Os candidatos expuseram democraticamente suas propostas, ressaltando a importância da implantação do Conselho Superior de Polícia, e os motivos que os levaram a se candidatar, logo em seguida foi dado início à votação. Compuseram a mesa: os presidentes da Adepol-df, Delegado José Werick, do Sindepo-DF, Delegado João Carlos Lócio, o Diretor Administrativo da Adepol- DF, Delegado Gustavo Augusto da Silva Araújo, os membros da Comissão Eleitoral, Delegada Joselita Viana e Silva, Delegado Carlos Alberto de Oliveria e Delegado Gilberto Dantas de Araújo.

A lista tríplice com os nomes dos três delegados mais votados foi encaminhada à direção da PCDF para escolha do titular e suplentes

Resultado final:

- » **78 votos** para a delegada Suzana Machado
- » **58 votos** para o delegado Flávio Messina
- » **49 votos** para o delegado Vitor Dan
- » **31 votos** para o delegado Marcos Antônio

Está de volta o tão esperado II Campeonato Adeboleiros

» Marcela Ribeiro

Após o grande sucesso do Campeonato Adeboleiros ocorrido em 2009, realizado pela Associação dos Delegados de Polícia (Adepol-DF) em parceria com o Instituto Superar (www.institutosuperar.org.br), está de volta desde o dia 10 de abril, o II Campeonato Adeboleiros – 2010, desta vez prestigiando a Copa do Mundo, que vai ocorrer na África do Sul, em junho.

O certame possui 6 times, compostos por associados da Adepol-DF, peritos criminais da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e delegados de polícia do Departamento de Polícia Federal (DPF), identificados com os nomes das seleções da Copa do Mundo FIFA 2010.

Parcela do valor da inscrição, R$ 120, foi destinado ao Instituto Superar, uma associação sem fins lucrativos que possui por objetivo promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio de atividades educacionais, esportivas e culturais.

Em Brasília, o projeto Lutando pela Inclusão, do Instituto Superar, beneficia crianças e adolescentes em situação de risco social, matriculadas e que estejam freqüentando aulas nas escolas da rede púbica de ensino, e que tenham interesse em aprender jiu-jitsu.

As aulas ocorrem no Ginásio de Esportes do Cruzeiro, com o apoio da Administração Regional do Cruzeiro e da Gerência de Esporte e Lazer do Distrito Federal

O campeonato Adeboleiros é criação do delegado de Polícia Civil Eduardo Escanhoela, com a finalidade de integrar de modo descontraído a corporação e seus familiares.

Dr. Luiz Novaes, Médico-Legista, Diretor do Departamento de Polícia Técnica, analisa a importância do Departamento na Polícia Civil

» **Samuel Ferreira**

Desde julho, o Dr. Luiz Carlos Garcez Novaes, Perito Médico-Legista, ocupa a Direção do Departamento de Polícia Técnica (DPT) da PCDF. O cargo era ocupado pelo Dr. José Ribamar Machado, Perito Médico-Legista, que deixou a direção do DPT para se candidatar a deputado distrital nas eleições de 2010. Nesta entrevista, o Dr. Luiz Novaes analisa a importância do Departamento de Polícia Técnica na Polícia Civil.

O Dr. Novaes, como é conhecido, já esteve anteriormente no DPT durante cerca de cinco anos (2001 a 2005), período em que atuou como assessor. Formado em Medicina pela Universidade de Brasília (UnB) em 1986, o Dr. Novaes é Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, com residência médica no Hospital das Forças Armadas, e Mestre em Genética pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Após breve período no quadro de oficiais médicos da Polícia Militar do Distrito Federal, assumiu o cargo de Perito Médico-Legista da Polícia Civil do Distrito Federal em 1993. Exerce também o magistério como docente do Curso de Medicina da Escola Superior de Ciências da Saúde da FEPECS.

Entre as diversas atividades exercidas na Polícia Civil, o Dr. Novaes foi médico plantonista do Instituto de Medicina Legal (IML), tanto na perícia ambulatorial como na Seção de Tanatologia Forense e, mais recentemente, trabalhou nas Seções de Sexologia Forense e no Laboratório de Toxicologia. Somam-se a isso diversos trabalhos relevantes como o Plano de Contingência da Polícia Técnica que norteou a atuação no caso de desastre de massa com o voo 1907 da empresa aérea Gol. Atuou ainda como professor da Academia de Polícia Civil do DF - APC/DF, entre

MESSIAS-DIVICOM-PCDF

Dr. Luiz Novaes, Diretor do DPT

inúmeras atividades, o que lhe conferiu experiência e vivência policial.

Em seu retorno ao DPT, agora como Diretor, o Dr. Novaes compôs sua assessoria com o Perito Criminal Márcio Lemos e com o Papiloscopista Policial Nilton Pfeifer. Também integram a equipe do DPT os Agentes de Polícia Lenísia Geness, Andréia Ferreira, João Neto e Renner Camargos, assim como a Escrivã de Polícia Mara Rocha e a Agente Penitenciária Selma Sousa. A escolha da equipe foi muito criteriosa e prezou pela experiência, competência técnica e pela sintonia com todas as unidades do Departamento.

O Perito Criminal Márcio Lemos, por exemplo, que atua como assessor do DPT e como substituto do Dr. Novaes, teve seu currículo como fator relevante para

> “EM TERMOS DE VOLUME DE TRABALHO, O DPT OCUPA UMA PARCELA BASTANTE SIGNIFICATIVA NA POLÍCIA CIVIL DO DF. QUANDO A INFRAÇÃO DEIXA VESTÍGIOS, ENTRAM EM AÇÃO NOSSOS SERVIDORES”

ser convidado para o DPT, com o apoio do Instituto de Criminalística. Lemos é graduado em Engenharia Civil (UFRJ), em Direito (UnB) e em Administração (UERJ), e é mestrando em Administração Pública (FGV). Antes de ingressar nos quadros da PCDF, era engenheiro da Petrobras. Já na Polícia Civil, atuou em diversas áreas periciais, a saber, crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, delitos de trânsito, audiovisuais e informática. Foi chefe da Seção de Engenharia Legal e Meio Ambiente e Coordenador do Instituto de Criminalística. Ocupou ainda nesse Instituto, interinamente, os cargos de Diretor da Divisão de Perícias Externas e Diretor-Adjunto. Ele é também professor da Academia de Polícia Civil.

Cada um dos demais membros da atual equipe é igualmente capacitado, uma vez que a formação dos colaboradores está sendo muito prestigiada, em um órgão cuja excelência é um requisito indispensável em todos os aspectos.

Para manter a excelência dos serviços prestados, a Polícia Civil do Distrito Federal possui em sua estrutura setores estratégicos que, agindo em conjunto, garantem a integração e a eficiência dos diversos órgãos da Instituição.

Entre os setores estratégicos da PCDF, destaca-se o Departamento de Polícia Técnica, que possui uma função de extrema importância, a coordenação do Instituto de Medicina Legal (IML), Instituto de Criminalística (IC), Instituto de Identificação (II) e do Instituto de Pesquisa de DNA Forense (IPDNA), Institutos responsáveis pelas perícias e produção das provas técnicas. Além disso, há a Central de Guarda e Custódia de Vestígios, onde ficam arquivadas as evidências materiais dos crimes em apuração que poderão ser utilizadas como contra-prova ou em futuro confronto. Todo esse trabalho contribui diretamente para a reconhecida qualidade dos resultados alcançados pela Polícia Civil do Distrito Federal na investigação criminal.

Na entrevista a seguir, o Dr. Luiz Novaes analisa a importância do DPT.

IP - Dr. Novaes, como o senhor vê o papel do DPT no âmbito da PCDF?

Dr. Novaes - Em termos de volume de trabalho, o DPT ocupa uma parcela bastante significativa na Polícia Civil do DF. Quando a infração deixa vestígios, entram em ação nossos servidores. Tanto na parte de perícia em objetos quanto em pessoas, o volume de trabalho é colossal. A identificação humana por Antropologia Forense, impressões papiloscópicas e por DNA é outra atividade fundamental exercida dentro do DPT. Não pensamos apenas no auxílio à investigação criminal e na instrução de inquéritos com laudos, e sim na realização deste trabalho de forma a buscar a excelência. E para isto estamos sempre incentivando o aperfeiçoamento profissional através de capacitação, com cursos, estágios, etc. e a aquisição de tecnologias, tanto com equipamento quanto em atividades com processos inovadores. Além disto, buscamos integrar o DPT aos demais segmentos e Departamentos da PCDF. O DPT não está isolado, temos in-

> “É PRECISO CONSIDERAR AINDA QUE A PERÍCIA E SEU UNIVERSO TÉCNICO REPRESENTAM UM INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA A GARANTIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E ENCONTRAM-SE PRESENTES EM TODAS AS PROJEÇÕES PARA O FUTURO DA POLÍCIA INVESTIGATIVA”

terfaces com as circunscricionais, com as especializadas e com a Academia de Polícia e com o DAG. Enfim, fazemos parte de uma única corporação, dirigida pelo Dr. Pedro Cardoso.

IP - A segurança pública é um dos temas mais sensíveis para todos os governos. A Polícia Técnica desempenha um papel fundamental para a eficiência de uma polícia. Como o DPT avalia esse papel?

Dr. Novaes - Sabemos que no âmbito da segurança pública há questões sensíveis cuja solução traz retorno multiplicado para manutenção de uma cultura de paz. A Polícia Técnica abrange uma série destas questões e é nosso desafio começar a pensar no nosso departamento atuando em consonância com os modernos métodos internacionais, como, por exemplo, o policiamento orientado para a solução de problemas.

É preciso considerar ainda que a perícia e seu universo técnico representam um instrumento fundamental para a garantia do estado democrático de direito e encontram-se presentes em todas as projeções para o futuro da polícia investigativa. Nesse sentido, deve, por regra, estar muito bem alicerçada a fim contribuir para a concretização da cidadania. Como exemplo, é preciso que a Polícia Técnica contribua para evitar um dos maiores problemas enfrentados pelos órgãos policiais nacionais que é a vitimização secundária.

IP - Como essa contribuição pode ser feita?

Dr. Novaes - Como sabemos, a vitimização primária é decorrente diretamente do cometimento do crime, ou seja, pela conduta violadora dos direitos da vítima, podendo ocasionar danos materiais, físicos, psicológicos, etc. Por seu turno, a vitimização secundária, ou sobrevitimização, decorre das instâncias formais de controle social no decorrer do processo de registro e apuração do crime. Esse contexto é diretamente ligado ao DPT, como por exemplo, no caso de constrangimentos quando a vítima é submetida a uma perícia sexológica, na amplificação da sensação de insegurança quando da demora de atendimento a local de crime ou na permanência de cadáveres por horas em via pública causando sofrimento às famílias, entre outros casos.

Veja-se que para solucionar estes três exemplos citados, além de outros tantos, o DPT já está atuando intensamente com a mudança dos protocolos de atendimento a fim de amenizar a situação já vulnerabilizada daquelas pessoas que foram alvo de ação delituosa, preservando a intimidade e

MESSIAS-DIVICOM-PCDF

Márcio Lemos, Perito Criminal Assessor, e Dr. Luiz Novaes, Médico-Legista, Diretor do DPT

a privacidade de fotos e otimizando o sistema para conferir maior celeridade no atendimento aos locais de crime, assim como no recolhimento de cadáveres.

IP - Qual a principal prioridade do DPT na sua gestão?

Dr. Novaes - Não podemos apenas priorizar uns poucos aspectos e relegar tantos outros tópicos fundamentais ao segundo plano. No entanto, os recursos humanos, que considero o maior patrimônio da polícia, poderiam ser eleitos, neste momento, nossa maior prioridade. Neste ponto, estamos falando do desenvolvimento de atividades relacionadas à gestão de pessoas, gestão de competências, gestão pela formação humana, etc. É preciso sempre procurar privilegiar a aptidão e a capacitação dos servidores, além de assegurar a racionalidade substantiva, evitando a coisificação dos colaboradores.

IP - Cite outros temas relevantes para DPT?

Outro ponto fundamental é o diálogo e articulação intersetorial, evitando ao máximo a estrutura fragmentária oriunda do próprio formato institucional das polícias brasileiras. Ou seja, são necessários os processos de integração intra-DPT, intra-PCDF e até mesmo com órgãos fora da PCDF, como a SENASP-MJ, a Força Nacional, as polícias técnicas de outros estados, a DITEC do Departamento de Polícia Federal, universidades e também outros órgãos do GDF, como a PMDF e a Secretaria de Estado de Saúde (SES), buscando a concretização de convênios, compartilhamento de bases de dados e mitigação de antagonismos, contribuindo sempre para melhorias gerais para a PCDF. Este processo eu resumiria como interatividade. Enfim, sem uma boa estrutura, não é possível realizar procedimentos eficientes e, certamente, não será possível obter os resultados.

> “O AUMENTO GERAL DO QUADRO DE PESSOAL, A READEQUAÇÃO DAS ÁREAS FÍSICAS E O REEQUIPAMENTO GERAL, TUDO ISTO VÊM SENDO INTENSAMENTE TRABALHADO”

IP - Qual a relação do DPT com os Institutos que o compõem?

Dr. Novaes - A relação é de muito trabalho e de muita integração, com flexibilidade decisória e descentralização. O DPT não pode ser um mero arquipélago de unidades técnicas. Assim, temos trabalhado em conjunto e bastante sintonizados com as Direções dos Institutos em diversas frentes.

O aumento geral do quadro de pessoal, a readequação das áreas físicas e o reequipamento geral, tudo isto vêm sendo intensamente trabalhado. A Direção Geral e o Departamento de Administração têm nos apoiado. Portanto, destacaria o empenho na obtenção de algumas conquistas, apesar do pouco tempo no cargo. Mais especificamente, para o IC citaria a aquisição do sistema de banco de dados de balística e de alguns aparelhos necessários, como o cromatógrafo líquido, entre outros; para o II a consolidação do AFIS e a construção, ao lado do IML, de espaço para a necropapiloscopia e para o “plantão” de identificação, evitando o desnecessário deslocamento das viaturas das DPs com presos dentro do complexo; para o IML buscamos com a Assessoria da DGPC a solução do gargalo relacionado ao quantitativo de técnicos em necropsia e para o IPDNA, a manutenção da excelência e da primazia nacional e ocupação de seu merecido espaço no cenário da perícia do País.

IP - Como é o trabalho de coordenar a integração dos Institutos de Perícia?

Dr. Novaes - Posso assegurar que é intenso. São cerca de oitocentas vidas humanas no DPT. São profissionais que precisam caminhar no mesmo sentido e por um mesmo objetivo. Estes servidores precisam estar motivados, eu diria até felizes. Não consigo visualizar a gestão atual dentro da polícia desassociada da humanização. Algumas vezes decisões contrariam interesses. Isto acontece em todas as áreas, mas na nossa atividade, fundamentalmente voltada para a produção de provas técnicas e auxílio aos Órgãos de investigação da PCDF na apuração das infrações penais, contrariar interesses não é muito raro. Tenho tido a sorte de contar com uma excelente equipe de assessores, de apoiadores e com diretores que são, acima de tudo, ótimos policiais. Estou me sentindo gratificado com este trabalho.

> “É PRECISO QUE OS SERVIDORES FREQUENTEM SUAS ASSOCIAÇÕES, PARTICIPEM DAS ATIVIDADES, SE INFORMEM SOBRE A SUA ATUAÇÃO E, PRINCIPALMENTE, CONTRIBUAM COM SUAS OPINIÕES”

IP - Como o senhor vê a importância das associações e entidades de classe?

Dr. Novaes - É certo que o sucesso de qualquer profissão depende das entidades de classe envolvidas no seu exercício, por meio das quais se amplificam, com efetiva legitimidade, os mecanismos de proteção e negociação, que individualmente seriam escassos. Além disso, as associações multiplicam a oferta de serviços a associados, além de desempenharem também um papel de instância consultiva. Na esfera policial não é diferente. Portanto, é preciso que os servidores frequentem suas associações, participem das atividades, aceitem incumbências, se informem sobre a sua atuação e, principalmente, contribuam com suas opiniões.

Outro aspecto de suma importância que venho falando há alguns anos, é que vejo as associações e entidades de classe como o “braço desengessado” da administração. Quero dizer com isto que é preciso haver sintonia e integração entre a gestão e as entidades representativas da categoria. Os gestores são também servidores, estão dentro da carreira e certamente se beneficiam também das conquistas obtidas. Ser gestor é ocasional, ser da carreira não. O gestor em alguns aspectos está limitado por normas que “engessam” suas decisões e nem sempre é possível fazer o que se gostaria. Por outro lado, as associações, sindicatos e demais entidades possuem diretrizes que tornam suas atividades desatreladas destas normas administrativas rígidas, funcionando muitas vezes até mesmo como agentes de fiscalização.

Almoço musical anima peritos aposentados

» **Marcela Ribeiro**

Marcela Ribeiro

Os peritos criminais da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) estavam bem entrosados na tarde ensolarada de maio, durante o almoço oferecido pela Associação Brasiliense de Peritos em Criminalística (ABPC), na casa da primeira perita criminal da PCDF, Raimunda de Barros, no Park Way, em Brasília.

Música ao vivo, lauto buffet para todos os gostos, sorteio de prêmios para os participantes, sessão de fotos, além de muita história para contar, transformou a tarde de sexta-feira numa agradável reunião de antigos colegas.

O presidente da ABPC, Gustavo Dalton estava entusiasmado com o sucesso do encontro, e agradeceu a todos que contribuíram para a realização do evento, incluindo o apoio do SINPOL. “É assim, em momentos como este, que percebemos a nossa união. A categoria dos peritos criminais é uma grande família”, afirmou Dalton.

Para encerrar com chave de ouro, um cafezinho para lá de especial, foi oferecido pela atenciosa anfitriã Raimunda.

Festa julina na Mansão Mizuno anima Peritos

Em tradicional festa típica brasileira, traço da nossa cultura, em julho foi realizada mais uma festividade promovida pela ABPC, com intuito de congregar os associados e seus familiares. Muita comida e bebida típicas, acompanhadas por música dançante, passando por brincadeiras especiais para as crianças: foi um sucesso. Excepcionalmente ocorreu em um domingo, na Mansão Mizuno, em Taguatinga, mas isso não foi óbice à efetiva participação de quase quinhentos convivas. Dentre os muitos convidados políticos, parlamentares que sempre estiveram ao lado da criminalística, compareceu o Deputado Distrital Milton Barbosa, bem como Clayton Aguiar, representando o Deputado Federal Laerte Bessa. Marcaram presença também Wasny de Roure, sempre simpático às causas dos peritos, além de Wanderley Leal Chagas, perito associado, ambos candidatos à Deputado Distrital. Na oportunidade, foram sorteados cinco prêmios aos Peritos, em emocionante bingo.

Logística e trabalho propiciam a rentabilidade no Instituto de Criminalística

» Seção de Engenharia Legal e Meio Ambiente (SELMA)

Desde a sua criação nos idos de 1993, a Seção de Engenharia Legal e Meio Ambiente (SELMA) tem sido um dos grandes destaques do Instituto de Criminalística, notadamente pela excelência técnica de sua equipe. Seu desempenho vem alcançando níveis diferenciados, sobretudo nos últimos anos, fato que ensejou, em 2010, o recebimento de elogio coletivo a todos os seus servidores por parte do Departamento de Polícia Técnica.

O incremento gradativo na produtividade, que se notava desde o início e expressivo a partir de 2007, culminou em atingir aumentos de até 150% no atendimento às ocorrências e de 600% nas informações administrativas prestadas, em comparando com a fase inicial, isso com o mesmo efetivo de servidores.

Tais números significativos podem ser justificados por uma série de fatores, notadamente a dedicação do participes, a implantação de modernas técnicas de gestão pública que resultaram em algumas ações tais como: padronização de certos tipos de laudo, análise criteriosa dos exames e solicitações segundo as normas legais e parâmetros técnicos, reuniões técnicas para discussão prévia de casos de repercussão, ênfase na orientação das autoridades solicitantes, apresentação de relatórios periódicos, autonomia de gestão, acompanhamento direto do andamento de projetos, ampliação e reforma das instalações, aquisição e renovação dos equipamentos e capacitação de servidores. "*O que fizemos foi proporcionar uma estrutura administrativa adequada para um corpo técnico que já era excelente, e o resultado está aí*", analisa Nenevê. E complementa: "*Além disso, nossos profissionais encontram-se em treinamento para utilização do nosso novíssimo scanner digital de local 3D, equipamento que incrementará ainda mais a qualidade do laudo de perícia criminal e a celeridade nas conclusões, também na Engenharia Legal*".

Equipe de peritos criminais e agentes de polícia da Seção de Engenharia Legal e Meio Ambiente

A nova concepção de área de trabalho que foi implantada, com estações individuais para os servidores, fez toda uma diferença, tanto na concentração, quanto na identificação do servidor com seu espaço, o que certamente se reflete na produtividade.Para Dércio Denis, atual Diretor Secretário da ABPC e até recentemente componente da equipe da SELMA, aspecto importante refere-se ao "*consolidado regime de trabalho de 7h da manhã até as 19h, por doze horas contínuas em turnos distintos, com sobreavisos programados, dispondo o trabalhador de tempo para elaboração de laudos e para atendimento a local, fato que propicia qualidade de vida em consonância ao aumento da produção laboral. Essa antiga realidade de trabalho, de algum modo, foi recentemente adaptada e implementada na Seção de Crimes Contra o Patrimônio (SCPa)*".

Outro ponto relevante diz respeito à participação ativa dos agentes de polícia no trabalho pericial, fato que foi outro marco fundamental na administração, e repercutiu decisivamente no desempenho. Em termos de gestão, foi uma mudança essencial que trouxe um grande ganho técnico de qualidade, uma vez que os agentes lotados na Engenharia Legal são extremamente qualificados, alguns pós-graduados. "*É muito gratificante participar ativamente das pesquisas, do desenvolvimento técnico-científico e das próprias perícias realizadas na seção, não como meros auxiliares, mas como especialistas no assunto*", esclarece o agente de polícia Márcio Carvalheira, que é mestre em ciências florestais pela UnB. O perito Gustavo Alencar acrescenta: "*O ambiente de trabalho, que já era muito bom, tornou-se ainda melhor, bastante técnico, mas também com muito companheirismo, respeito e trabalho em equipe*".

> “OUTRO PONTO RELEVANTE DIZ RESPEITO À PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS AGENTES DE POLÍCIA NO TRABALHO PERICIAL, FATO QUE FOI OUTRO MARCO FUNDAMENTAL NA NOVA ADMINISTRAÇÃO, E REPERCUTIU DECISIVAMENTE NO DESEMPENHO”

Entretanto, o aumento de produtividade não foi o único marco acentuado destes últimos três anos. A Seção de Engenharia Legal e Meio Ambiente empreendeu diversos projetos, como a criação de uma equipe de perícias subaquáticas (inédita no Brasil), o curso de formação e aperfeiçoamento em cromatografia gasosa (em parceria com o laboratório forense), a formação de especialistas em geoprocessamento para implantação do laboratório de sensoriamento remoto, a capacitação de peritos para investigação de acidente aéreo, o estabelecimento de convênios de cooperação, além de vários outros eventos técnicos.

Em função do trabalho, desenvolvimento e aperfeiçoamento, os peritos também têm cumprido uma agenda composta por uma série de visitas técnicas, como à Fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo/SP, ao Centro Tecnológico da Aeronáutica em São José dos Campos/SP, em Fábrica de Refrigerantes na cidade de Goiânia/GO, à Fábrica de turbinas para motores Turbomeca em Xerém/RJ, entre outras. No planejamento da seção, constam ainda visitas a uma fábrica de armas no sul do país, acompanhamento de *crash-test* em veículos nas montadoras de São Paulo, visita a fábricas de aeronaves.

Mas os projetos da SELMA não param por aí e são até mais ousados. "*Além de continuarmos a buscar a aplicação das melhores práticas em gestão pública, nossa visão está voltada agora também para o emprego de mecanismos de governança das organizações e redes*", explica o perito criminal chefe da seção Márcio Lemos, que é mestrando em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). E acrescenta: "*os próximos desafios em andamento são o plano estratégico para a copa do mundo de 2014 e para as olimpíadas de 2016*, no âmbito das atribuições da SELMA".

Serviço:

A Seção de Engenharia Legal e Meio Ambiente - Selma - atende às solicitações de exames periciais nas áreas de engenharia (civil, elétrica, eletrônica, mecânica, florestal, agronômica, etc), cartografia, geologia e meio ambiente.

Realiza perícias em ocorrências de acidente aéreo, acidente de trabalho, desabamento, desmoronamento, eletroplessão, violação de comunicação telefônica (escuta), perturbação do sossego, parcelamento do solo, invasão de área pública, crimes contra o consumidor, crimes contra o meio ambiente, entre outros, além de prestar apoio técnico às demais seções do Instituto de Criminalística.

Quaisquer dúvidas sobre as atividades da Seção de Engenharia Legal e Meio ambiente, ou sobre solicitações de perícia em sua área de atuação, podem ser esclarecidas pelos seguintes contatos:

Tel: 61 3362-5609
Fax: 61 3362-5953
e-mail: ic_selma@pcdf.df.gov.br

O Horário de funcionamento da seção é de 7:00h às 19:00h, em dias úteis, e cumprimento de escala agendadas à noite e finais de semana.

Valorização Profissional do policial como Instrumento de Proteção dos Direitos Humanos – Proposta de Modelo de Gestão Fundado na Meritocracia

» Por José Werick de Carvalho e Jorge Luiz Xavier

INTRODUÇÃO

Pode-se apontar o início da década de 1990 como marco dos estudos sobre a segurança pública no Brasil. Até ali, muito pouco se havia escrito sobre o tema e, no mais das vezes, o que se escrevia estava inserido em parte de uma discussão mais ampla sobre violência e práticas sociais.

Não causa estranheza que assim fosse, eis que o Brasil esteve submetido a governos autocráticos entre 1964 e 1985. Naquele tempo, discussões sobre o aparato repressor estatal não eram permitidas, eis que atentatórias à "segurança nacional" (expressão formal da LSN). As agências policiais tiveram papel preponderante na política de combate aos chamados subversivos, conforme apontado por Costa (2004), e discutir seus mecanismos de existência e desenvolvimento era visto como prática ideológico-esquerdista.

Com a re-democratização surgiu espaço para conhecer, estudar e criticar em profundidade os mecanismos de controle social, inclusive as agencias policiais. Além desse ambiente surgido a partir do final da década de 1980, também gerou interesse no estudo da segurança pública o aumento dos registros de crimes violentos (notadamente roubos e homicídios), no que os meios de comunicação passaram a denominar "escalada da violência".

Em 10 de outubro de 2007, veio à luz o primeiro livro voltado exclusivamente à discussão da segurança pública no Distrito Federal. A obra destaca práticas institucionais e dilemas culturais que permeiam o ambiente de ação estatal em segurança pública, relativamente às agenciais policiais e sistema prisional e às novas formas de administração de conflitos.

Cada vez mais se estuda a polícia.

Observamos que o viés que norteia os atuais estudos sobre polícia e segurança muito se volta para a discussão de práticas institucionais persistentemente deletérias: o abuso de autoridade, a tortura, a repressão a movimentos representativos das classes sociais não-elitizadas.

A origem da agencias policiais brasileiras, voltadas à defesa do *status quo,* é apontada, com freqüência, como causa eficiente dessas idiossincrasias relacionadas ao preconceito desfavorável às classes não-elitizadas, que seriam as vítimas preferenciais das arbitrariedades cometidas por policiais e agentes penitenciários. Essa visão parece adequada, mas incompleta.

O foco que decidimos explorar foge, um pouco, dessa temática, eis que voltado a apontar que certos vícios encontráveis nos policiais têm origem numa falta planejamento estratégico e de gerenciamento, generalizada no serviço público, ocasionando que muitos profissionais encarem seu ambiente de trabalho como algo negativo, tornando-se omissos e não se sentindo responsáveis pelo que acontece a seu redor.

O que ocasiona a falta de interesse pelo trabalho é a percepção do policial de que não será seu modo de executar suas tarefas que o tornará um profissional melhor sucedido que outro, eis que, no caso da PCDF (objeto do estudo), não há um sistema que busque identificar e valorizar os melhores profissionais, tornando-os paradigmas para seus pares.

No Brasil há grande dificuldade em discutir a meritocracia, especialmente no serviço público. A escassez de recursos da fazenda e a crescente demanda social por serviços, contudo, ocasiona que não seja mais possível fugir ao debate.

O INGRESSO NA CARREIRA E AS PRÁTICAS POLICIAIS

A escolha da opção profissional tem se revelado como dotada de uma crescente dificuldade. Todo trabalho pode produzir sentimentos de satisfação, prazer e realização, tanto quanto pode ser motivo de angustia, desespero e sofrimento.

O ingresso no mundo do trabalho cada dia se torna mais difícil, mormente por conta da elevada substituição do trabalhador por máquinas, com a implantação de uma rotina de competitividade que eleva à estratosfera os lucros dos grandes grupos econômicos e fragiliza mecanismos do *welfare state*. Não há espaço para escolha do trabalho que executará, qualquer oportunidade de emprego é vista como uma salvação do trabalhador. Num ambiente de escassez de vagas, não há como ficar escolhendo onde ir entregar sua força de trabalho.

> "A NECESSIDADE DE OBTER RECURSOS PARA SUBSISTÊNCIA EMPURRA AS PESSOAS PARA A PRIMEIRA OPORTUNIDADE QUE LHES APARECE"

A necessidade de obter recursos para subsistência empurra as pessoas para a primeira oportunidade que lhes aparece. E essa experiência pode ser drástica na vida do indivíduo, pois, para se adaptar ao trabalho, não raro, terá que operar mudanças em seus valores, submeter-se a hierarquias e disciplinas muitas vezes incompatíveis ou que não faziam parte da sua formação.

O ideal seria que pudéssemos guiar nossa escolha consoante o sentido que possuímos sobre a finalidade de nosso existir. Assim, a opção por determinado trabalho deveria ser precedida de alguns questionamentos, tais como: "o que gosto de fazer?", "o que me dá prazer em realizar?", "que sentido pode haver no trabalho que desejo realizar?", "qual a finalidade do meu existir?". Não é possível ao indivíduo questionar-se assim. A forma atual de organização do trabalho, sempre mais competitiva e em rápida transformação, aliada à necessidade de subsistência, tem afastado as pessoas da luta para alcançar o trabalho que verdadeiramente lhe diga algo. Nessa linha vale a transcrição das palavras de Julian Marias, catadas por Silvia Regina Rocha Brandão em seu artigo A Vocação Humana - uma abordagem Antropológica e Filosófica:

> *"a vocação também não é escolhida, porém não seria correto dizer que me encontro com ela; antes ela me encontra, me chama, e correlativamente a descubro; não me é imposta, e sim apresentada, e embora não esteja em minhas mãos ter ou não ter essa vocação, permaneço frente a ela com uma essencial liberdade: posso segui-la, ou não, ser fiel ou infiel a ela".*

Depreende-se, pois, que a escolha profissional pode influir em nossa auto-realização e felicidade. Daí a relevância da adaptação ao ambiente e às atribuições do trabalho. O trabalho pode se tornar um caminho para a descoberta de nós mesmos, na medida em que se transforme em uma busca de progresso, em mecanismo de valorização e realização de si próprio e do outro, uma forma de participar ativamente da plenitude da vida humana.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37 inciso II dispõe:

> *"A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo em a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em Lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração".*

Portanto, o ingresso na Policial Civil do DF ocorre mediante a aprovação em concurso público de provas e títulos, o que exige longo tempo de intensa preparação, em vista da complexidade das provas e do elevado nível de competitividade.

Vânia Cristine, em sua dissertação de mestrado, aponta quatro fatores que motivam o ingresso na carreira policial, quais sejam: emprego/salário; membros da família na instituição policial; idealização da função policial e aprovação em concurso público. Das motivações apresentadas, parece-nos que somente a idealização da função é que possui uma carga de reflexão sobre o que consiste a atividade policial: quais os riscos, quais hierarquias e disciplinas, quais as vantagens e sacrifícios, quais prazeres e angústias etc. Essa motivação pode proporcionar uma auto-realização, um encontro de si próprio por meio do trabalho. As demais motivações, por não estarem eivadas desse ideal de realizar-se por meio do trabalho ou de construir algo por meio da atividade policial, são mais propícias a causarem decepções e sofrimentos naqueles que ingressaram na profissão policial.

Superadas as barreiras de ingresso na Polícia, o novato se deparará com uma realidade assustadora, pois deverá aprender, em curto espaça de tempo e concomitantemente: a lidar com armas de fogo; a conviver diuturnamente com o risco de morte, seja própria ou de outrem; a adotar medidas rígidas contra marginais perigosos, sujeitando-se aos riscos da retaliação criminosa; a acompanhar policiais experientes em operações com forte probabilidade de confronto; a enfrentar suas próprias limitações e os risco do erro; a conviver com a exigência de mostrar-se mais ético que a média do cidadão brasileiro. Esse processo de adaptação é impactante na vida do novato, podendo produzir reações de variada natureza. Quando se ingressa na polícia, percebe-se que o personagem heróico mitificada pela indústria *hollywoodiana* não existe.

O convívio com a prática policial, de certo modo, exige um desprendimento com o mundo encantado, um certo olhar frio e racional para os infortúnios da vida. Nenhuma personalidade, por bem construída que seja, é impassível a tal mudança.

O indivíduo, ao ingressar em determinado trabalho, está preocupada em se adaptar à organização da empresa ou entidade. À medida que vai se identificando com seu trabalho, é natural que queira evoluir na carreira, com reconhecimento por seus pares e pelo meio social onde conviva de que é um bom profissional.

Daniela Sanches Tavares em sua dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Saúde Pública da USP, identificou, a partir das entrevistas realizadas, o que segue:

José Werick de Carvalho
presidente da ADEPOL/DF

Jorge Luiz Xavier
diretor de divisão da CORD/PCDF

> *"o não reconhecimento pelo trabalho compõe-se da idéia segundo a qual o desempenho profissional do servidor não é considerado institucionalmente de forma suficiente, seja por não haver a prática cotidiana do retorno da avaliação da qualidade de trabalho, seja pelo fato de a qualidade do trabalho desenvolvido não ser sistematicamente levado em conta para promoções ou acréscimos salariais, em plano de carreira."*

Assim, mostra-se de singular importância à existência de critérios pré-definidos para a promoção e valoração do trabalhador.

A Polícia Civil do Distrito Federal não adota uma política de pessoal lastreada em normas e critérios expressos de promoção e valorização do policial. Isto não implica afirmar que não exista uma política de promoção e valoração ou que os critérios adotados são bons ou ruins, certos ou errados, apenas que elementos de avaliação, por não se encontrarem padronizados e codificados, podem variar consoante entendimento dos gestores da Instituição. É muito grande a carga de subjetivismo.

> "O INDIVÍDUO, AO INGRESSAR EM DETERMINADO TRABALHO, ESTÁ PREOCUPADA EM SE ADAPTAR À ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA OU ENTIDADE"

Essa ausência de critérios objetivos, transparentes e expressos reflete no bem-estar e auto-realização dos policiais, pois se descobre que não são, necessariamente, dedicação, capacidade intelectual diferenciada e comprometimento com o trabalho os fatores que propiciarão crescimento na carreira. Mais problemático, e gerador de insatisfação, é o não saber quais os fatores serão levados em conta.

Assim o policial é obrigado, além de se submeter ao complexo processo de adaptação já mencionado, a conviver com a incerteza de seu futuro profissional.

A escolha dos servidores de uma dada unidade policial, também, não leva em consideração as peculiaridades do servidor e da tarefa a ser realizada: não se considera objetivamente, em regra, se o profissional tem o perfil adequado para realizar o trabalho executado naquela delegacia/departamento/diretoria. Deixando claro do que se fala: os policiais que lidam diretamente com repressão a tráfico de entorpecentes devem residir na Cidade onde executarão as investigações?; o que é melhor para ele? o que é melhor para o trabalho ?; e se o trabalho for relacionado a apuração de delitos relacionados à degradação do meio-ambiente ? deverá o policial residir na região alvo do monitoramento policial ?

O policial, dessa forma, está sujeito a por qualquer, ou sem qualquer motivo, ser transferido de sua unidade de lotação para outra – melhor ou pior, do ponto de vista pessoal - sendo impulsionado a re-arranjar

sua vida doméstica. Como não sentir desconforto (mal-estar) com tais circunstâncias.

O complexo processo de adaptação às práticas policiais e a ausência de uma política dotada de critérios expressos de valorização e promoção produz frustrações, abatimento de forças, humilhação, insatisfação e sofrimento profissional.

Nessa linha, vale descrever parcela do trabalho de Daniela Sanches Tavares, citado acima, uma vez que se refere ao adoecimento somato-psicológico dos servidores de Tribunal Judiciário Federal:

> *"um dos termos mais utilizados pelos entrevistados, quando falavam sobre as manifestações do sofrimento no trabalho, é STRESS. Descrevem a tensão, o enrijecimento dos músculos, dores de cabeça, problemas gastro-intestinais, músculo-esqueléticos como originados pelo STRESS do trabalho."*

> *"Foram relatados desgaste físico, esgotamento, cansaço, principalmente pelos servidores de subsecretarias, em que há uma carga de trabalho físico. Do âmbito mental, surgiram a depressão, o alcoolismo e o pânico como problemas relacionados ao trabalho, na visão dos entrevistados."*

> *"A depressão também foi citada pelos entrevistados, principalmente relacionada ao sentimento de estar sendo oprimido no ambiente de trabalho." (grifos nossos)*

MERITOCRACIA – BUSCANDO O CONCEITO DE EXCELÊNCIA PROFISSIONAL

A Polícia Civil do Distrito Federal é reconhecida como instituição que oferece serviços adequados, dando respostas satisfatórias às atribuições legais que lhe são cometidas. Longe está, contudo, de atingir padrão de qualidade que a destaque de outras agências estatais. Há que considerar, ainda, que crescente é a exigência social por prestação de serviço público de excelência. Tanto assim que, a partir da Emenda Constitucional 19/1998, a eficiência foi erigida a princípio constitucional da Administração Pública.

Eficiência vem apontada pela doutrina administrativista como o modo adequado pelo qual se processa o desempenho da atividade administrativa.

Para alcançar o desiderato de fazer-se perceber pela sociedade a qualidade dos serviços oferecidos pela PCDF, mister romper paradigmas que conduzem a vícios encontráveis, de forma generalizada, no serviço público.

A polícia e a rede de atendimento à saúde são procuradas em situações, quase sempre, de extremo desconforto para o cidadão, eis que tal pessoa tende a ter vivenciado circunstância que a fragilizou ou vitimizou. Com isso, um atendimento não-adequado ganha dimensão, expondo as corporações a severas críticas.

Para reduzir a índices aceitáveis as reclamações a que estão expostas as corporações direcionadas a oferecer serviço público essencial, como o da polícia, imprescindível o engajamento de todos os envolvidos na prestação laboral.

Neste ponto reside a grande dificuldade de qualquer gestor público: como comprometer o servidor a oferecer o melhor serviço possível?

O ingresso nas carreiras do serviço público por concurso e a garantia de estabilidade são criações que tiveram escopo de romper com a tradição patrimonialista dos gestores, vício herdado do processo de colonização do País (Faoro/1991). Já a Constituição de 1824 (artigo 179, XIV) apontava nessa direção. Até ali, o gestor público se comportava desbragadamente como um senhor feudal, desconsiderado, e desconhecido, o conceito de interesse público primário.

Por um lado, a estabilidade do servidor público constituiu-se em instrumento republicano que garante os princípios da moralidade e impessoalidade; por outro, tornou-se fator de acomodação desse servidor público estável. Sendo o trabalho realizado, qualquer que seja a qualidade do serviço entregue, a remuneração é certa, e sem variações.

Não bastasse isso, instituições como a PCDF contam com outros fatores que geram comodismo nos servidores: progressões horizontal e vertical baseadas, exclusivamente, no tempo de serviço, desprezando aspectos idiossincráticos; comissionamento fundado em critérios puramente subjetivos, especialmente relação pessoal (é recomendável conhecer a pessoa certa).

Veja que são freqüentes os casos de policiais civis que são requisitados para trabalhar em agências estatais que nada dizem com o trabalho da polícia e, ao retornarem, são progredidos, horizontalmente, pelos mesmos critérios utilizados para promover os policiais que trabalham na atividade fim, além de – não raro – serem indicados a ocupar cargos de chefia na Instituição.

> "NENHUMA ESTRATÉGIA DE RECURSOS HUMANOS PODE FICAR NA DEPENDÊNCIA DO EXTRAORDINÁRIO PARA OBTENÇÃO DE UMA MÃO-DE-OBRA CAPAZ DE OFERECER O BOM OU O ÓTIMO"

Como resultado da fusão da estabilidade com os demais fatores acima apontados, tem-se que os policiais civis não se ocupam em vencer as próprias limitações e, com isso, entregam em retribuição ao salário percebido um serviço de qualidade inferior à que seria possível oferecer com aquele mesmo quadro de servidores. Num ambiente de comodismo, salvo uma ou outra excepcionalidade, não se encontrará alguém disposto a oferecer mais que um serviço aceitável. Que motivação terá um servidor para se esforçar a produzir um trabalho de boa ou ótima qualidade, sabendo que isso será irrelevante para a construção de sua carreira ? Poucos são os servidores que buscam a excelência, e o fazem, principalmente, para satisfação pessoal.

Nenhuma estratégia de recursos humanos pode ficar na dependência do extraordinário para obtenção de uma mão-de-obra capaz de oferecer o bom ou o ótimo.

Para a construção de um ambiente em que os profissionais da polícia sintam-se responsáveis pelo serviço que entregam à sociedade, indispensável é a incorporação da ética do mérito.

Corolário disso é o permanente acompanhamento da produtividade de cada servidor policial. Deve haver um relação direta entre a progressão funcional e a capacidade de apresentar à sociedade um serviço de boa qualidade.

Conforme Lívia Barbosa (2003), quem repele a adoção da meritocracia na administração pública o faz calcado em dois argumentos: não é possível mensurar a qualidade do trabalho nas atividades típicas de estado, eis que os resultados da administração não são avaliados objetivamente; a avaliação permanente de desempenho induz um ambiente de competitividade interna, fator deletério às relações laborais.

Argumentamos que as duas alegações não merecem prosperar, por falaciosas, sendo exposição de uma ideologia corporativista que engessa o serviço público e impede a implementação qualificada das políticas públicas, inclusive as de segurança.

É certo que estabelecer critérios de verificação de excelência em uma atividade fortemente marcada pelo subjetivismo e pela discricionariedade não é tarefa fácil. Mas é possível fazê-lo.

É necessário identificar quem são os "clientes" da polícia, utilizando uma expressão própria da iniciativa privada. Recebem o resultado do trabalho do trabalho da PCDF: o cidadão que faz registros administrativos; o Ministério Público; o Poder Judiciário; os detidos; os presos; os encarcerados; outras corporações policiais; a comunidade e seus representantes formais e informais.

Parte da avaliação do trabalho oferecido pelas unidades policiais pode ter por base o conceito atribuído pelos organismos formalmente responsáveis pelos controles interno e externo da polícia, conforme apontado por Sholnick e Bayley (2001). Tal mecanismo tornaria possível tanto um acompanhamento da produtividade, quanto disseminação da cultura do respeito aos direitos humanos, eis que entre os avaliadores do trabalho da polícia (controle externo) figuram as organizações da sociedade civil, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Se os organismos responsáveis pelo controle externo da polícia também participam da formação do que se terá por excelente, é certo que se escapará de um tecnicismo *Taylor-fordista* que reproduziria os vícios atuais – apenas sendo mais sofisticados o abuso de autoridade e a violência policial.

Um exemplo do que se está a dizer: se um cidadão considera que foi vítima de alguma arbitrariedade perpetrada por um policial, corriqueiramente, procura o Ministério Público e oferece a *notitia criminis*; o promotor de justiça encaminha o fato para apuração pela Corregedoria Geral da PCDF, que verifica a eventual transgressão e, se for o caso, pune o policial administrativamente – além de encaminhar o caso para processamento na esfera criminal do Poder Judiciário. Atualmente já funciona assim, mas não se leva em examina o fato – se um abuso houve - para se considerar que o gestor daquela unidade policial pode não orientar adequadamente seus subordinados quanto ao respeito merecido por todo cidadão (criminoso ou não).

Não há, como se demonstra, incompatibilidade entre a oferta de um trabalho policial cada vez mais eficiente e o respeito aos direitos humanos.

FORMAÇÃO CONTINUADA – BOLSA DE GESTORES

Ao final de 2006, cerca de 600 (seiscentos) policiais civis, ou 10% (dez por cento) do quadro de pessoal ativo, estavam cedidos a outros órgãos da Administração Pública (Legislativo Federal, Poder Judiciário, Ministério Público, Presidência da República, secretarias de governo do DF etc). Em tese, o desligamento da atividade na PCDF seria para esses profissionais uma demonstração de que desistiram de investir em suas carreiras de policiais civis, eis que afastados da atividade-fim.

As razões para a requisição desses profissionais por outros organismos são várias, não havendo espaço aqui para dissecá-las.

Do ponto de vista do policial, é certo considerar que ao aceitar desligar-se, temporariamente, da PCDF assim o fez porque não vislumbrava que sua permanência na atividade-fim fosse render-lhe valorização profissional – do contrário não sairia.

Na esteira da busca da excelência, pugnamos que é possível, ao mesmo tempo, valorizar o profissional e indicar-lhe que seus esforços serão recompensados com a construção de uma carreira sólida e bem-sucedida.

A idéia é a criação de critérios objetivos para ocupação dos cargos de gestão dentro da PCDF.

São cinco as carreiras da PCDF: delegado de polícia, agente de polícia, escrivão de polícia, peritos (médicos e criminais) e papiloscopistas.

Em todos esses segmentos há cargos de gestão, motivo pelo qual não consideramos aqui que apenas delegados de polícia sejam gestores – embora ocupem as chefias de unidades e a alta direção.

Atualmente, todos os profissionais da PCDF atingem o topo da carreira aos 15 (quinze) anos de trabalho, salvo se tiver havido interrupção dos dias trabalhados (por punição ou licença não-remunerada). Não interessa o desempenho do profissional durante esses anos de trabalho.

O adequado é que não fosse assim.

O adequado é que o profissional fosse preparado ao longo do tempo para assumir cargos de gestão, com remuneração diferenciada.

A disputa por esses cargos deveria assentar-se em duas premissas: igualdade de oportunidade por segmento (carreira); conclusão de cursos de formação que abrangessem as principais competências do cargo pleiteado.

O que se teria ao final de um processo assim? Pela igualdade de oportunidade de acesso aos cargos de gestão, aqueles que lograssem êxito seriam encarados pelos colegas como bons profissionais; pelo conhecimento profundo das competências afetas ao cargo de gestão, seriam tecnicamente respeitados pelos subordinados.

Não vislumbramos que uma prática como a sugerida criasse um ambiente de competição selvagem, como eventualmente se vê na iniciativa privada: a uma porque a remuneração daqueles que não estão nos cargo de gestão é adequada (considerando a média salarial do País); a duas porque a construção da carreira será acessível a todos, dentro de cada um dos segmentos, sendo possível estabelecer critérios objetivamente justos de seleção interna.

CONCLUSÃO

Na capa da primeira edição do livro A Segurança Pública no Distrito Federa – Práticas Institucionais e Dilemas Culturais, os Organizadores fizeram consignar:

> *"No campo da segurança pública, o Distrito Federal apresente situação privilegiada se comparado às outras unidades da federação. Entretanto, esta situação privilegiada não se reflete em melhorias substantivas para a população. Os moradores do Distrito Federal convivem com altas taxas de violência, em especial de homicídios. Além disso, a relação entre as instituições de segurança pública e a sociedade está marcada por episódios de arbitrariedade e violência"*

Entendemos que parte da explicação da questão colocada pelos Organizadores da obra citada passa pelo que aqui foi discutido.

É certo que um modelo de gestão como o aqui proposto, por si só, não seria instrumento suficiente conduzir às mudanças nas práticas institucionais deletérias, mas poderia ser uma ferramenta importante para formação de profissionais altamente qualificados, que, com o tempo, seriam responsáveis por fazer ver que o trabalho da PCDF é um serviço prestado à população.

Os sindicatos, no caso particular da PCDF e no serviço público em geral, repelem a adoção da meritocracia, considerando que isso seria um mecanismo de opressão ao servidor público.

Apontamos, como exemplo, as resistências ao projeto do Ministério da Saúde de flexibilização da forma de remuneração de profissionais de saúde, através da criação de fundações que seriam remuneradas (e remunerariam os profissionais) de acordo com a produtividade. O exemplo apontado pode não ser o mais adequado, mas a análise do que andou sendo escrito a respeito dessa mudança de paradigma mostra quão ideologizada esta a discussão sobre o que fazer para melhorar o serviço público.

O esporte como mecanismo de aproximação e integração

Terminou em abril o primeiro Torneio Integração de futebol soçaite coordenado pela ABPC. Após as partidas finais, os atletas e convidados reuniram-se em um efusivo churrasco na Agepol, oportunidade em que o troféu de campeão e as medalhas foram entregues aos finalistas. Sagrou-se campeão desse torneio a equipe Entrada Inopinada Alemã. O campeonato estava aberto a peritos criminais, agentes de polícia, papiloscopistas e carreira de apoio lotados, ou em efetiva ação, no Instituto de Criminalística. Findo o torneio mencionado, a ABPC movimentou-se para inscrever seus associados no Campeonato de Futebol Soçaite Veterano em Grama Natural da Agepol, inicialmente restrito aos também sócios deste clube e com idade mínima de 35 anos, posteriormente aberto aos demais peritos veteranos interessados. Simultaneamente, atendendo a honroso convite, a ABPC viabilizou uma equipe a fim de participar do II Campeonato Adeboleiros, na ADEPOL, oportunidade para compor um conjunto de atletas mesclando veteranos e peritos recentemente ingressos no IC. Naquele torneio (Agepol) não tivemos placares alvissareiros; neste (ADEPOL) a ABPC se fez bem representar com o time "Alemanha", mas que perdeu a final para a Inglaterra.

> "UMA OPORTUNIDADE PARA COMPOR UM CONJUNTO DE ATLETAS MESCLANDO VETERANOS E PERITOS RECENTEMENTE INGRESSOS NO IC"
>
> **Gustavo de Carvalho Dalton,** presidente da ABPC

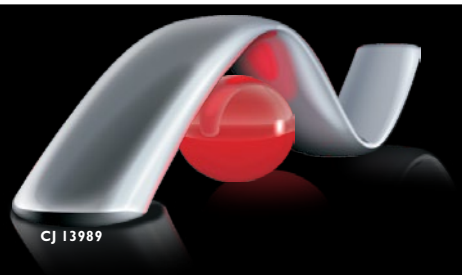
Ainda na Agepol, de agosto a dezembro, nos fins de semana, ocorre o campeonato de futebol de grama natural, com dez times, cujas partidas se darão às quartas-feiras. Em ambos a ABPC se fez presente, ficando os agradecimentos ao presidente De Souza (Agepol) pelo convite.

CONSULTOR COM FOCO EM INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

Policial Civil aposentado Nil

Credibilidade e segurança na hora de adquirir seu imóvel.

Seja para morar ou investir, a News Invest tem o melhor para você.



NEWS INVEST®

Consultoria Imobiliária

Lançamentos:

*Águas Claras *Ceilândia *Gama *Guará *Noroeste *P. Piloto *Samambaia *Taguatinga

4141.4400

www.newsinvest.com.br

SGAS qd. 910 conj. B bloco D sala 17 - Asa Sul - Brasília-DF - 70.200-610